



Universidades Lusíada

Barros, Manuel Agostinho, 1980-

O Golfo da Guiné e a segurança energética global : oportunidades e desafios subjacentes à região

<http://hdl.handle.net/11067/733>

<https://doi.org/10.34628/qsgk-nd76>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	O artigo procura em primeiro, examinar o impacto da indústria petrolífera nas mudanças económicas e políticas verificadas no Golfo da Guiné desde os finais do século XX, a fim de sustentar que as preocupações energéticas estiveram na base do recente reposicionamento geoeconómico e estratégico da região, após décadas de estagnação e relativa perda de importância com o fim da Guerra Fria. Em segundo, procura identificar os desafios subjacentes à região que podem condicionar a curto ou longo prazo,...
Palavras Chave	Segurança energética - Aspectos políticos - África, Comércio e indústria do petróleo - África
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 09 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-18T14:17:55Z com informação proveniente do Repositório

**O GOLFO DA GUINÉ E A SEGURANÇA
ENERGÉTICA GLOBAL:
OPORTUNIDADES E DESAFIOS SUBJACENTES À REGIÃO**

Manuel Agostinho Barros
Docente no Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda
manuelbarrosbr@yahoo.com.br

Resumo: O artigo¹ procura em primeiro, examinar o impacto da indústria petrolífera nas mudanças económicas e políticas verificadas no Golfo da Guiné desde os finais do século XX, a fim de sustentar que as preocupações energéticas estiveram na base do recente reposicionamento geoeconómico e estratégico da região, após décadas de estagnação e relativa perda de importância com o fim da Guerra Fria. Em segundo, procura identificar os desafios subjacentes à região que podem condicionar a curto ou longo prazo, o papel do Golfo da Guiné na segurança energética global.

Palavras-chave: Golfo da Guiné / Petróleo / Segurança / Geoeconomia e Geoestratégia.

Abstract: The article² aims first to examine the impact of the oil industry in the economic and political changes observed in the Gulf of Guinea since the end of twentieth century, in order to sustain that energy concerns underpinned the recent geo-economics and strategic repositioning of the region after decades of stagnation and relative loss of importance with the end of the Cold War. Second, it seeks to identify the underlying challenges that may influence at the short or long term the role of the Gulf of Guinea in global energy security.

Key-words: Gulf of Guinea / Oil / Security / Geo-economy and Geo-strategy.

1 Parte da dissertação de mestrado em Relações Internacionais, apresentado em 17 de Dezembro de 2012, Universidade Lusíada de Lisboa

2 Part of the master's dissertation in International Relations, presented on December 17th, 2012, Universidade Lusíada de Lisboa

1. O Golfo da Guiné e a segurança energética global: oportunidades e desafios subjacentes à região

1.1. Enquadramento e conceito de segurança energética

1.1.1. Enquadramento teórico

A segurança energética ocupa cada vez mais um lugar cimeiro na agenda política e de segurança dos Estados. A economia mundial moderna é consideravelmente dependente do consumo de fontes energéticas fósseis, o que torna as questões relacionadas com a disponibilidade, o acesso, a fiabilidade e a segurança de recursos como o petróleo e o gás natural, assuntos de elevada importância quer económica, quer de segurança internacional, os quais sustentam o debate sobre a segurança energética.

A crise petrolífera de 1973/74, quando um conjunto de países árabes exportadores de hidrocarbonetos decidiram aumentar drasticamente o preço do petróleo e, conseqüentemente, utilizá-lo como arma política de pressão contra os países ocidentais aliados de Israel durante a guerra do Yom-Kippur, colocou as questões de energia no topo da agenda internacional de segurança. O embargo petrolífero alimentou um sentimento de insegurança, fundamentalmente nos países consumidores economicamente afectados pela crise, que foram forçados a adoptar medidas políticas e institucionais tendentes a minimizar o impacto da ruptura de fornecimento e evitar cenários futuros.

A postura assumida e a estratégia adoptada nesta altura pelos países atingidos pela crise resultou na criação pelos Estados ocidentais da Agência Internacional de Energia (AIE) em 18 de Novembro de 1974; das Reservas Estratégicas de Petróleo (Strategic Petroleum Reserves); e na implementação de políticas de conservação, eficiência energética e de diversificação das fontes de importação fora dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Oliveira, 2007, p.271).

A compreensão de segurança está relacionada à sobrevivência de um determinado objecto sob ameaça, o que requer e justifica uma acção extraordinária para controlá-la (Buzan et al., 1998). A dependência energética excessiva de uma região ou de um Estado pode constituir uma ameaça, porquanto pode tornar vulnerável a segurança económica e nacional, assim como condicionar a política

externa do Estado ou bloco de estados dependentes. A interrupção ou corte no abastecimento terá consequências negativas a nível da economia, com a subida dos preços dos combustíveis e de serviços, e a nível de segurança nacional, ao imobilizar os serviços de segurança e exércitos devido a escassez de combustíveis.

É do interesse quer dos consumidores, quer dos exportadores como dos países de trânsito assegurar que os recursos chegam ao destino final e comercializados. Pois, quer os vendedores (países exportadores), quer os compradores (países importadores), como os países de trânsito (regiões de passagem) tiram dividendos do comércio. Neste sentido, a segurança energética pode ser analisada a partir da interação entre os países exportadores (venda), importadores (compra) e os países de trânsito (transporte) de recursos energéticos, criando uma rede de interdependência energética.

A posse de recursos energéticos pode representar aos países detentores um factor de poder, porém, aos importadores a dependência dos recursos importados pode ser interpretada como ameaça, alimentando um sentimento de insegurança. É por esta razão que, no centro da agenda política e das estratégias energéticas dos Estados está a questão da diversificação das fontes de importação, na qual a zona do Golfo da Guiné é contemplada.

1.1.2. Perspectivas e definição de segurança energética

A tentativa de construção de um conceito de segurança energética no percurso da sua evolução não tem sido consensual, pois o seu significado varia de Estado a Estado mediante a condição energética que se encontra na balança internacional de energia. Ela pode ser entendida na perspectiva de segurança da demanda e das exportações (visão dos países exportadores) (Yergin, 2006); de disponibilidade e acesso contínuo, sob várias formas, quantidades e preços aceitáveis (visão ocidental) (Florin, 210, p.151; Andrew-Speed, 2002, p.13); de auto-suficiência energética (perspectiva dos países emergentes); e no caso específico do Japão, cujo cenário energético é mais complexo entre as economias avançadas, a segurança energética é entendida como a capacidade de contrabalançar a sua escassez de recursos através da diversificação, comércio e investimentos (Yergin, 2006, p.71).

Embora as bases para construção do conceito de segurança energética serem divergentes, António Silva defende a visão de que há uma necessidade de aprovisionar recursos energéticos que sejam fiáveis, diversos, amplos e a preços competitivos tendo em consideração as “infra-estruturas adequadas para fazer chegar os mesmos recursos ao mercado”. Neste caso, o autor afirma que a segurança energética nos nossos dias “é a capacidade de assegurar os recursos, e a capacidade de proteger a economia global dos efeitos de volatilidade dos preços” (2008, p.30). Para João Pulido e Pedro Fonseca (2004, p.258) que fazem uma análise de segurança energética num contexto de interdependência entre diversos actores do mercado global, a segurança energética é definida como

sendo “uma partilha de interesses entre vários actores do sistema petrolífero mundial, mais do que um jogo em que a vitória dos produtores significa a derrota dos consumidores e vice-versa”.

As diferentes perspectivas de definição descritas demonstram a complexidade de se construir um conceito de segurança energética universalmente aceite. Porém, em todas as perspectivas e definições estão subjacentes alguns elementos convergentes, a saber: a *disponibilidade, acessibilidade e fiabilidade dos preços* dos recursos energéticos, indispensáveis na concepção de segurança energética. É nesta visão que, no presente artigo designa-se por segurança energética, o *fornecimento e acesso contínuo e a preços aceitáveis de recursos energéticos como o petróleo e gás natural, fundamentais para a estabilidade dos Estados* (Barros, 2012), para sustentar que qualquer perspectiva de segurança energética, o factor custo e acesso destes recursos serão indispensáveis na equação, pois o equilíbrio do mercado é o interesse de todas as partes envolvidas. Num mundo globalizado e de interdependência, a ruptura de abastecimento e a volatilidade dos preços preocupam tanto os consumidores como os produtores.

1.2. Enquadramento geoestratégico da região do Golfo da Guiné

O Golfo da Guiné compreende um conjunto de países africanos abundantes e exportadores de recursos naturais, com destaque ao petróleo. Entre estes, Angola, Nigéria, Camarões, Congo (Brazzaville), Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. Por não ter acesso directo ao Oceano Atlântico, mas cujas exportações petrolíferas são feitas através dos Camarões, a República do Chade é também incluída como parte do Golfo da Guiné. A região se tem notabilizado a nível internacional devido ao recente sucesso da sua indústria petrolífera, que nas últimas décadas vem desempenhando um crescente papel na oferta de hidrocarbonetos, conferindo-lhe uma elevada importância geoestratégica para a segurança energética global.

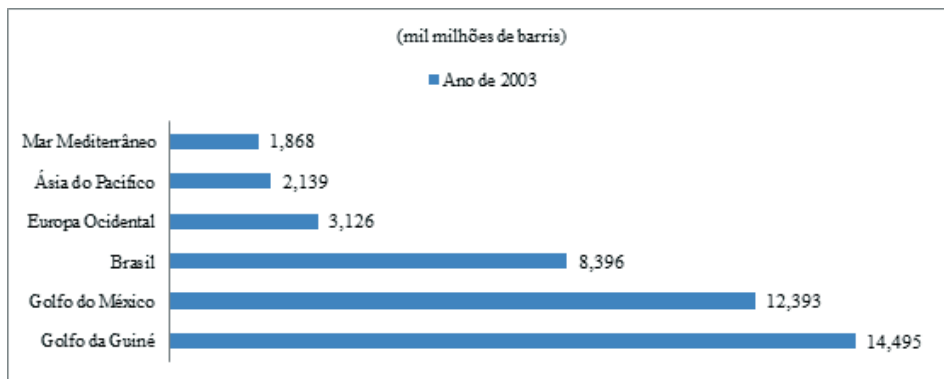
A região também é considerada como o “novo Golfo”, em referência ao Golfo Pérsico, principal fonte mundial de hidrocarbonetos, é enquadrada no chamado “*Golden Triangle*” (Golfo da Guiné, Golfo do México, e Brasil), para designar as zonas onde o sucesso do uso de meios tecnológicos avançados na indústria petrolífera permitiu a descoberta de consideráveis reservas de petróleo e gás (em águas profundas) e, conseqüente aumento extraordinário da produção e oferta de hidrocarbonetos (Clarke, 2010, p.77).

Ilustração I - Região do Golfo da Guiné



Fonte: http://www.deepseawaters.com/Gulf_of_Guinea.htm

Gráfico I - Reservas mundiais de petróleo em offshore (2003)



Fonte: Adaptado de Johannes Dieterich, 2003

1.2.1. Motivações geoeconómicas e geoestratégicas do crescente interesse mundial pela região

O interesse global pela região do Golfo da Guiné pode ter várias razões. Porém, são fundamentalmente os interesses energéticos conotados a indústria petrolífera a base da atracção de diferentes actores mundiais para região. A

posição geográfica da região no quadro de segurança energética, a abundância de hidrocarbonetos e os regimes fiscais praticados nos petro-estados da zona estão no centro das motivações de actores privados e governamentais que veem da região uma oportunidade ímpar para a maximização dos seus dividendos económicos e financeiros, e para suprir as necessidades energéticas crescentes dos respectivos Estados de origem. Tratam-se de razões de ordem económicas e securitárias.

No âmbito económico, a abundância de reservas petrolíferas, isto é, petróleo e gás natural, em geral de boa qualidade³, oferece oportunidades económicas adicionais aos investidores públicos e privados. Por exemplo, a ausência de uma indústria de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás Liquefeito do Petróleo (GLP)⁴, criaram oportunidades económicas para o desenvolvimento de projectos de gás na região, com destaque ao *Angola LNG* (Angola) e *Escravos Gas to Liquids-GTL* (Nigéria), que paralelamente a comercialização de crude confere aos investidores oportunidade de obter dividendos adicionais provenientes da comercialização do gás nas suas diversas formas.

A região é também favorável devido aos regimes fiscais aplicados na indústria de hidrocarbonetos, que geralmente são mais atractivos em relação a outras zonas produtoras do mundo, como por exemplo o Golfo do México e Mar do Norte, deonde são provenientes grande maioria das petrolíferas que operam no Golfo da Guiné. Por esta razão, a zona tornou-se no principal destino mundial dos investimentos directos estrangeiros, efectuados principalmente pelas corporações petrolíferas multinacionais de cariz global, com destaque para a ExxonMobil, Total, Chevron, Shell, British Petroleum (BP) e a ENI. Em resultado disso, assiste-se entre 1980 e 2007, um aumento dos investimentos dos EUA na região, de 900 milhões de dólares (1980) para mais de 12 mil milhões de dólares americanos em 2007 (Clarke, 2010, p.75).

A avaliação do Departamento do Estado norte-americano de 2004, apontava para uma evolução positiva dos investimentos estrangeiros no Golfo da Guiné. Este afirmava que a indústria petrolífera da região seria capaz de atrair nas próximas décadas entre 30 a 40 mil milhões de dólares americanos (US Dept of State, apud Frynas e Paulo, 2007, p.247). Para além dos investimentos norte-americanos, os países da região vêm beneficiando da entrada de capitais financeiros da China, que por meio destes, o gigante asiático assegurou acordos preferenciais de fornecimento de petróleo a longo prazo, vitais para suprir as crescentes necessidades energéticas da sua economia em expansão.

O interesse económico pela região é evidenciado na dimensão dos activos detidos pelas corporações multinacionais⁵ na zona, calculados em milhões de

3 Leve, doce e com baixo teor de enxofre, segundo os padrões da American Petroleum Institute (API), e compatível com as características das principais refinárias da América do Norte e Europa Ocidental.

4 Na versão inglesa, Liquefied Natural Gas (LNG) e Liquefied Petroleum Gas (LPG).

5 A Chevron, ExxonMobil, Shell, British Petroleum (BP), Total, Eni, e outras não menos importantes

dólares americanos. A região representa cerca de 35 por cento da produção global da Chevron, 30 por cento da Total, 25 por cento da ExxonMobil, 15 por cento da Shell e da British Petroleum - BP (Pulido e Fonseca, 2004, p.158; Clarke, 2010, pp.416-423).

No âmbito estratégico, a sua importância para a segurança energética mundial é sustentada pela posição geográfica dos seus principais exportadores. Mais de 60 por cento da sua produção petrolífera efectua-se em *offshore* (alto mar), o que é vantajoso em questões estratégicas e de segurança, se comparada às restantes regiões produtoras do mundo como por exemplo, o Médio Oriente, na sua maioria localizada em *onshore* (terra), com riscos elevados de segurança devido ao clima de instabilidade política permanente e agravada pela primavera árabe que teve início no norte de África em 2010.

A localização geográfica da região e sua produção petrolífera *offshore* permite excluir a passagem obrigatória pelos estreitos como de Hormuz, Canal de Suez, Bab El Mandeb ou de Bósforo, pontos potenciais de estrangulamento e ruptura de fornecimento de energia, devido as questões geopolíticas e de segurança inerentes. A situação permite também reduzir a distância e os custos associados ao transporte de hidrocarbonetos para os principais mercados mundiais localizados na América do Norte e Europa Ocidental, assim como os riscos de sabotagem e ataque directo às instalações de produção em cenários de instabilidade política.

Finalmente, no quadro das estratégias e políticas de diversificação energética, a oferta petrolífera da região permite aos consumidores mundiais reduzir a excessiva dependência do Médio Oriente, assim como evitar a imprevisibilidade de fornecedores como a Rússia e a Venezuela, que em determinadas ocasiões utilizaram os seus recursos como arma política para pressionar os seus parceiros.

1.3. Evolução das reservas e da produção petrolífera

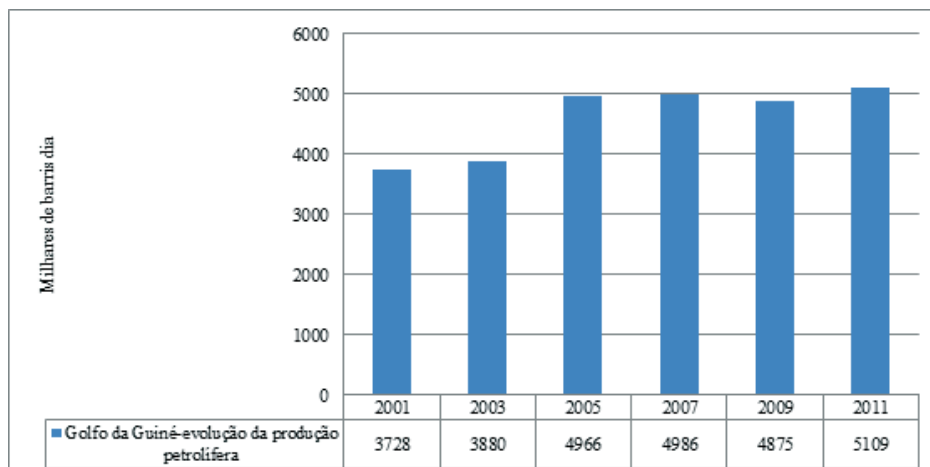
A produção e as reservas petrolíferas da região assistiram nas últimas décadas um aumento significativo e, conseqüentemente, o aumento dos níveis de oferta no mercado internacional. O petróleo da zona é de extrema importância para o mercado da Europa, América e Ásia. Este constitui cerca de 29 por cento das importações petrolíferas dos Estados Unidos da América (EUA) e quase 40 por cento da Europa, especificamente a União Europeia (UE).

Com reservas petrolíferas estimadas em 59,5 mil milhões de barris (2011), produz diariamente cerca de 5 milhões de barris (2011), quase quatro por cento da produção mundial de petróleo. A Nigéria, com uma produção diária de 2,4 milhões de barris de petróleo, e Angola, com 1,7 milhões de barris são os principais produtores da região, seguidos do Congo Brazzaville (295 mil barris por dia),

como a Addax Petroleum, Conoco Phillips, Petrobas, Statoil hydro, Anadarko, Perenco, Tullow oil e a chinesa Sinopec.

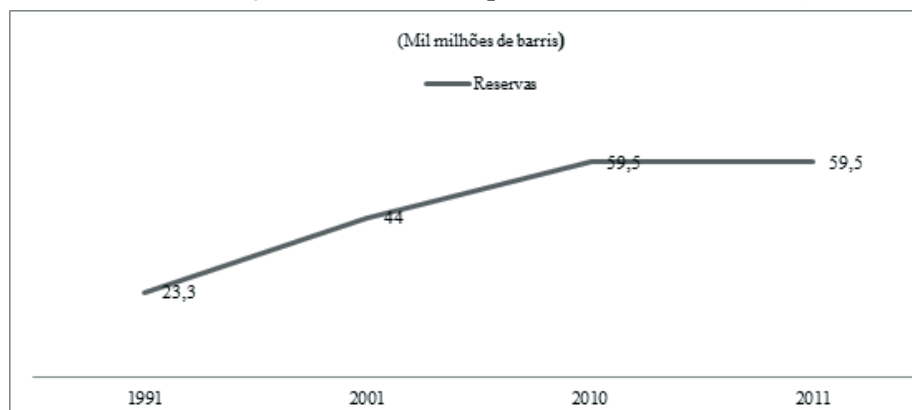
Guiné Equatorial (252 mil barris por dia), Gabão (245 mil barris diários), Chade (114 mil barris diários), Camarões (60 mil barris dia), e da Costa do Marfim, com 40 mil barris diários de petróleo (BP, 2013; EIA, 2013).

Gráfico II - Evolução da produção petrolífera do Golfo Guiné (2001-2011)



Fonte: BP "Statistical review of world energy", June 2013.

Gráfico III - Evolução das reservas de petróleo do Golfo Guiné (1991-2011)



Fonte: BP "Statistical review of world energy", June 2013

1.4. Valorização energética da região - as oportunidades económicas e os desafios securitários

1.4.1.O impacto da indústria petrolífera no crescimento económico da região

As economias africanas vêm experimentando nas últimas décadas um crescimento acima dos 5 por cento. Em 2012, o crescimento económico na África Sub-sahariana situou-se nos 5,3 por cento, esperando crescer 5,6 por cento em 2013 e, 5 por cento em 2014 (AfdB, apud VOA, 2013a; World Bank, 2013a). Porém, é a região do Golfo da Guiné onde se regista maior crescimento entre as regiões de África, graças a produção de matérias-primas, nomeadamente o petróleo e o gás natural.

Em 2012, os países exportadores de petróleo tiveram um crescimento de acima dos 6 por cento, com destaque Angola, Gana e a Nigéria (AfdB, 2013). Por exemplo, neste período o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola teve um crescimento de 8,1 por cento, após ter estagnado entre 2009 e 2011, devido a queda dos preços de petróleo no mercado internacional e da sua produção petrolífera doméstica. A situação provocou a quebra das receitas do Estado angolano. Mas a subida dos preços de barril de petróleo verificado em 2012, assim como o aumento dos níveis de oferta petrolífera, permitiu a recuperação do crescimento do seu PIB, resultando de igual modo, num aumento das receitas fiscais do país. Isto possibilitou ao governo angolano saldar a sua dívida, aumentar a despesa pública, e registar um excedente global do seu orçamento em cerca de 8,6 por cento do PIB (World Bank, 2013b).

Na direcção de Angola, o impacto de petróleo também é verificado na Guiné Equatorial. Desde a descoberta do petróleo na década de 1990, este país converteu-se num dos maiores exportadores de hidrocarbonetos da região do Golfo Guiné e numa das economias que mais cresce no continente africano. Entre 1996 e 2008, o crescimento anual do seu PIB estimou-se em cerca de 27 por cento (World Bank, 2013d). Porém, com a queda dos preços do petróleo no mercado internacional entre 2008 e 2009 devido a crise económica e financeira global, o crescimento económico deste país do Golfo da Guiné sofreu um abrandamento, situando em 3,6 por cento no período entre 2009 e 2012. Este cenário demonstra a importância estratégica da indústria petrolífera para a sobrevivência económica de Angola como da Guiné Equatorial.

A indústria petrolífera tem sido o vector de crescimento económico e o suporte das despesas dos petro-estados da região. É o petróleo que tem sido o principal interesse estrangeiro na região e principal meio de participação dos Estados do Golfo da Guiné no comércio internacional, servindo-se também de instrumento vital para atracção dos investimentos e capitais públicos e privados na zona. O peso do sector petrolífero para os governos da região é evidenciado no quadro I. O sector representa mais de 60 por cento do PIB das economias locais e é responsável por 90 das exportações da região. A “prosperidade petrolífera” constitui um dos maiores desafios da região, pois a tendência tende

a gerar novas dependências do sector, o que pode acarretar riscos enormes as economias dos países devido a volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional, e serem muito susceptíveis à especulação e questões geopolíticas. A diversificação das economias da região é um imperativo aos governos locais.

Quadro I - Golfo da Guiné - dependência económica do sector petrolífero

País	Produto Interno Bruto (PIB) (em %)	Exportação (em %)	Receitas governamentais (em %)
Angola	85%	95%	75%
Congo Brazzaville	63%	90%	80%
Gabão	50%	87%	70%
Guine Equatorial	_____	98%	90%
Nigéria	_____	90%	75%

Fonte: World Bank, 2013c "Africa overview" / CIA, 2013 "The World Factbook".

A adopção de Fundos Soberanos em alguns países da região como Angola⁶, com um montante avaliado em 5 mil milhões de dólares americanos, e a Nigéria⁷, com 1 mil milhão de dólares americanos, mas também de outras estratégias, é algo positivo. Por exemplo, o governo da Guiné Equatorial, no quadro da de redução da pobreza e diversificação económica, adoptou um plano nacional de desenvolvimento denominado "*National Economic Development Plan: Horizon 2020*", dividido em duas etapas. A primeira, efectivado em 2012 visou o desenvolvimento do sector de infra-estruturas, enquanto a segunda dará ênfase a diversificação da economia, fundamentalmente nos sectores da agricultura, pescas, finanças e turismo (World Bank, 2013d).

Com o referido plano, o governo da Guiné Equatorial pretende direccionar parte dos rendimentos petrolíferos para promoção do crescimento económico sustentável através da diversificação do sector produtivo do país. Isto demonstra o desejo do governo deste país em encontrar melhores soluções para a questão do desenvolvimento, mas também, para atingir os objectivos do *Millenium* traçado pelas Nações Unidas, cujo foco está na redução da pobreza e do analfabetismo, o que significa melhoria dos padrões de vida da população e o acesso a um ensino de qualidade. É neste sentido, a adopção de regulamentos ou leis que promovem investimentos e a utilização dos fundos petrolíferos em sectores como agricultura, educação, saúde, infra-estruturas e obras públicas, indústria e turismo, para fomentar o crescimento e mudanças estruturais na sociedade, são fundamentais na estratégia de diversificação económica na região.

⁶ Fundo Soberano de Angola (FSDEA) foi estabelecido em 20 de Novembro de 2008.

⁷ Nigeria Sovereign Wealth Fund foi estabelecido em Maio de 2011

O aumento da demanda global pelo petróleo da região e os preços altos desta *commodity* no mercado internacional abriram oportunidades económicas significativas tanto para os actores locais (governos dos países exportadores) como para os transnacionais (países importadores e empresas multinacionais), o que se estende as entidades privadas locais. Devido sua importância estratégica e ser por excelência uma indústria de riqueza, o sector petrolífero tem sido capaz de gerar enormes receitas financeiras aos governos do Golfo da Guiné através da venda directa do petróleo e do gás natural, bônus, impostos fiscais e créditos com garantias petrolíferas. Por exemplo, entre 2000 e 2008, o sector fez entrar nos cofres do Estado nigeriano perto de 223 mil milhões de dólares americanos em rendimentos (Clarke, 2010, p.86), e na Guiné Equatorial, mais de 8 mil milhões de dólares americanos em 2009, e mais de 17 mil milhões de dólares americanos (Usd) em 2012 (VOA, 2012; World Bank, 2013d). No período que se estende entre 2002 e 2019, as previsões apontam que os petro-estados da região terão em rendimentos petrolíferos mais de 350 mil milhões de dólares americanos (Mañel, 2005, p.15).

Numa estratégia de “créditos pelo petróleo”⁸, os governos passaram a beneficiar de financiamentos ou empréstimos financeiros provenientes, principalmente das economias emergentes como a China e a Índia. Esta estratégia revelou ser eficaz para os credores, pois tem sido um mecanismo para assegurar acordos preferenciais de fornecimento e de penetração no mercado regional de energia. Para além dos tradicionais consumidores da região (EUA, UE e Japão), a China destaca-se entre os gigantes cuja estratégia de linhas de crédito permitiu-lhe deter vastos interesses e activos no sector energético regional, que se estende desde Angola a Nigéria.

A partir de 2004, como contrapartida do financiamento chinês ao governo de Angola, avaliado em cerca de 2 mil milhões de dólares americanos, a empresa petrolífera estatal angolana, a Sonangol concedeu a chinesa Sinopec os direitos de exploração dos blocos 3 e 18. O valor viria servir para os esforços de reconstrução deste país após vinte e sete anos de conflito armado (Alves, 2009, p.171; Sébille-Lopez, 2007, pp.152-153). O petróleo viria a permitir a Angola receber um outro empréstimo do Brasil estimado em 580 milhões de dólares americanos, por meio do qual, se comprometera em fornecer ao Estado brasileiro cerca de 20 mil barris de petróleo diário (Frynas e Paulo, 2007, p.239). É ainda no quadro desta estratégia que, em 2006, em troca de quatro licenças petrolíferas o governo federal da Nigéria recebeu da China volta de 4 mil milhões de dólares americanos.

Além dos ganhos económicos, a entrada de capitais financeiros com garantias petrolíferas, principalmente da China trouxeram benefícios políticos para os governos da região. Os créditos e financiamentos dos países emergentes têm contribuído para a redução gradual da dependência financeira dos governos

⁸ Empréstimos financeiros com garantias petrolíferas (em troca de direitos de exploração e produção ou de abastecimento petrolífero preferencial).

da região em relação as instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial) e aos países ocidentais. Como consequência, os países e instituições ocidentais viram limitados a sua capacidade de influência nos assuntos domésticos dos Estados da região, como por exemplo as questões de governação, transparência e reformas políticas e macroeconómicas, condicionantes para cedência de empréstimos ocidentais.

A situação sem precedentes colocou os governos da região em posição favorável nas negociações bilaterais e multilaterais com os parceiros ocidentais. É neste sentido que se pode compreender a resistência do governo da Guiné Equatorial em ceder às pressões da comunidade internacional para implementar reformas políticas e económicas no país (Frynas e Paulo, 2007, pp.240-250), ou do governo do Chade que forçou em 2006 o Banco Mundial a renegociar as modalidades de gestão dos rendimentos petrolíferos, reduzindo a capacidade de intervenção no país desta instituição financeira internacional (Bathily, 2009, p.194).

1.4.2. Desafios sócio-económicos, políticos e securitários da região

Desde os finais da década 1990 como descrito atrás, a região do Golfo da Guiné foi palco de mudanças significativas a nível económico e financeiro, como a nível da sua indústria petrolífera. Desde então, a região passou a experimentar níveis de crescimento económico na ordem dos 5 por cento, assim como um forte incremento da sua oferta de petróleo, um contexto favorável para muitos actores envolvidos no mercado energético regional. Apesar deste cenário promissor que conduziu a valorização geoeconómica e estratégica da zona, o Golfo da Guiné confronta-se com sérios desafios de ordem social, económica e de segurança. A pobreza, altos níveis de desemprego, exclusão social, baixos indicadores de desenvolvimento humano, e fundamentalmente a instabilidade política, são entre vários desafios da região que podem afectar a estabilidade da zona e, consequentemente ameaçar a cadeia de produção petrolífera.

Os elevados índices de pobreza e de desemprego que ainda assolam a região revelam de um lado, as deficiências no sistema de distribuição e gestão dos rendimentos, de outro lado, as fragilidades institucionais e a ineficácia das políticas económicas e de desenvolvimento aplicadas em alguns petro-estados da região. As estimativas do Banco Mundial apontam para existência na África Subsaariana, incluindo o Golfo da Guiné, cerca de 48,5 por cento da população a viverem abaixo da linha da pobreza, isto é, menos de 1,25 dólares ao dia (World Bank, 2013a). As dificuldades com que muitos petro-estados da região se confrontam, sustentam as teses de “maldição dos recursos naturais” (*resources curse*)⁹.

⁹ A maldição dos recursos naturais utilizado para identificar cenários em que estes jogam um papel na origem e continuidade dos conflitos (instabilidade). Factores de tensão e empobrecimento dos Estados detentores do que de promoção do progresso sócio-económico e bem-estar das

Quadro II - Indicadores sócio-económicos dos países da região

País	Dívida Externa (mil milhões de USD)	Taxa de Desemprego (em %)	Produto Interno Bruto (PIB) (mil milhões de USD)	População (milhões de habitantes)	Esperança de vida	População abaixo de 1, 25 USD dia (em %)
Angola	21,78 (2012)	_____	114,2 (2012)	2 0 , 8 (est.2012)	51 anos (2011)	40,5% (2006)
Chade	1,793	_____	_____	11,5	50 anos	49,9% (2012)
Congo Brazzaville	_____	53% (2012)	13,68	4 , 3 3 7 (est.2012)	58 anos (2011)	46,5% (2011)
Gabão	3,196	21% (2006)	18,66 (2012)	1 , 6 3 3 (est.2012)	63 anos	32,7% (2005)
Guine Equatorial	1,852	_____	17,69 (2012)	0 , 7 3 6 (est.2012)	_____	_____
Nigéria	13,12 (2012)	23,9%	262,602 (2012)	1 6 8 , 8 3 3 (est.2012)	_____	70% (2010)

Fonte: World Bank, 2013 "África" / CIA, 2013 "The World Factbook".

A nível de segurança os desafios são ainda mais complexos. O fenómeno crescente da pirataria marítima e da radicalização de grupos islâmicos na região, nomeadamente na Nigéria, constituem grandes riscos a estabilidade, numa zona onde os governos estão na sua maioria desprovidos de meios, políticas e estratégias efectivas de combate. Em 2012, as estatísticas apontavam para ocorrência nas costas marítimas do Golfo da Guiné cerca de dez sequestros e cinquenta e oito actos de pirataria, incluindo o ataque directo a oito petroleiros (VOA, 2013b). A frequência destas acções e os meios e técnicas utilizados pelos piratas na região fez aumentar o sentimento de insegurança regional. A situação esteve no topo da agenda da VII Sessão ordinária do Conselho de Ministros, e da Cimeira dos chefes de Estados da Comissão do Golfo da Guiné decorrido em São Tomé e Príncipe e em Yaoundé, Camarões em Maio de 2013, e 24 a 25 de Junho de 2013, respectivamente (TPA, 2013).

Devido a importância estratégica da região no contexto de segurança internacional e, fundamentalmente no quadro energético mundial, a questão tem merecido atenção a nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Em consequência do ataque pirata contra um petroleiro em 24 de Julho de 2011 junto à costa do Benin, o presidente deste país africano, Boni Yayi pediu as Nações Unidas para avaliar a ameaça da pirataria na região. Nesta altura, a ONU fez deslocar para a região um conjunto de peritos para avaliar a situação

populações. A situação é muitas vezes conotada aos países ricos em recursos naturais, mas que se confrontam com sérios problemas sociais (pobreza extrema, atraso económico, baixos indicadores de desenvolvimento humano e elevados índices de exclusão social).

e, em coordenação com os governos locais identificar mecanismos de contrapor a situação. Após avaliação, chegou-se a conclusão de que o fenómeno tornou-se mais sistemático devido aos meios e técnicas sofisticados utilizados pelos piratas, que se assemelha aos adoptados na costa da Somália (UN News Centre Service, 2012). É neste contexto que, o ex-comandante do Comando Militar dos Estados Unidos para África (AFRICOM), o general Carter Ham afirmou haver necessidade de maior cooperação regional para se fazer face aos crescentes desafios da região (Ham, apud VOA, 2013b).

Para além do fenómeno pirataria, a expansão de grupos radicais como por exemplo, Boko Haram e o *Movement for Emancipation of Niger Delta* (MEND) na Nigéria, é uma ameaça a estabilidade do Golfo da Guiné. Os ataques sucessivos no Delta do Níger, a principal zona produtora de hidrocarbonetos da Nigéria (o maior exportador da região), tem resultado no aumento dos preços de petróleo no mercado internacional. As persistentes disputas sobre fronteiras marítimas em zonas de exploração petrolífera na região, é outra questão que preocupa os governos locais e seus parceiros. A situação envolve na sua generalidade os petro-estados da zona, nomeadamente, Angola, República Democrática do Congo (RDC), Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e Camarões¹⁰, todos reclamando entre si a tutela e soberania sobre territórios disputados.

A ausência de delimitação efectiva das fronteiras torna a questão muito complexa na sua resolução. O diferendo territorial de 1994 entre a Nigéria e os Camarões sobre a ilha de Bakassi, rica em petróleo, cuja deliberação de 2002 do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) devolveu a jurisdição e soberania da ilha ao governo dos Camarões, foi recebida com desagrado pelo governo da Nigéria. A situação tem sido o ponto de discórdia nas relações entre ambos países. A dimensão e as consequências políticas das disputas foi verificada entre Angola e a RDC, quando em Junho de 2003 a RDC passou a contestar oficialmente à sua Zona Económica Exclusiva (ZEE)¹¹ junto a bacia do rio Congo onde se concentra maior parte da produção petrolífera de Angola em *offshore* (blocos 0, 15 e 14) (veja-se ilustração II). Contudo, nesta altura, as pretensões congolezas foram condicionadas pelo apoio diplomático e militar angolano ao governo de Laurent Désiré Kabila, e do seu sucessor Joseph Kabila durante a guerra civil de 2003 (Crisis Group, 2012, pp.2-3).

Numa tentativa de saída diplomática do diferendo, ambos países criaram em 2007 uma comissão conjunta para traçar mecanismos de partilha das receitas provenientes da produção petrolífera das zonas contestadas, mas que não teve resultados práticos. Diante do impasse, e como meio de pressão, o governo

¹⁰ Angola e RDC sobre a Bacia do rio Congo; Gabão e Guiné Equatorial sobre a região de Corisco Bay; e Nigéria e Camarões sobre Bakassi.

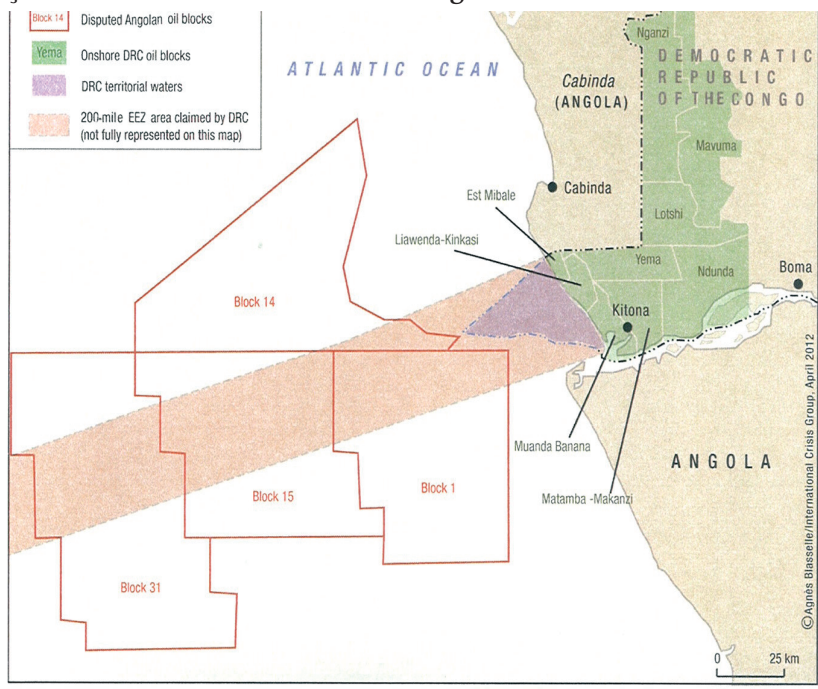
¹¹ Está confinada devido às fronteiras territoriais angolanas, como se pode observar no mapa citado. Esta situação limita a expansão da indústria petrolífera congoleza, e consequente aumento dos níveis da sua produção petrolífera que oscila entre 27 mil e 28 mil barris diários, ao contrário a de Angola que os blocos situados nas zonas contestadas, isto é, blocos 14 e 15, produzem aproximadamente 220 mil barris dia e 460 mil barris dia, respectivamente.

congolês ameaçou submeter o diferendo à arbitragem internacional, o que acabou por acontecer em 2009, quando Kinshasa o submeteu a Organização das Nações Unidas (ONU). O avanço congolês desagradou o governo de Luanda que recusou-se em aceitar qualquer iniciativa unilateral de Kinshasa em delimitar as fronteiras marítimas contestadas.

É nesta altura que se verifica o agravar da tensão nas relações entre ambos países, quando decidiram expulsar dos seus territórios cidadãos de ambos países, tendo Angola expulsado cerca de trinta e dois mil congolese, e a RDC, dezoito mil angolanos (Crisis Group, 2012, p.4). As acções de ambos lados foram interpretadas por círculos locais e internacionais, como sendo medidas de retaliação devido ao diferendo petrolífero que os opõe, o que foi denunciado e condenado pelas Nações Unidas.

O valor acrescido atribuído ao petróleo da região anima o jogo político entre os petro-estados. Para o Estado angolano, uma divisão equitativa das zonas disputadas não servirá para os anseios de aumentar a sua oferta de hidrocarbonetos. Isto implicaria a redução dos níveis de produção, com implicações na manutenção do estatuto energético do país na África Sub-sahariana, e nos objectivos económicos e políticos do Estado. Enquanto do lado congolês, a situação traria grandes oportunidades económicas para o Estado, podendo desta forma restaurar a indústria petrolífera do país que se encontra em declínio devido a maturidade das suas jazidas de petróleo, o que provocou a queda substancial da sua produção doméstica. O anúncio em Janeiro de 2011 do adiamento para 2014 da arbitragem internacional (Craddock, 2011), deixa incertezas quanto ao desfecho do diferendo, mas também deixa condicionado o desenvolvimento e a implementação de novos projectos petrolíferos nas zonas contestadas.

Ilustração II - Diferendo marítimo entre Angola e a RDC na bacia do rio Congo



Fonte: Crisis Group, 2012

Conclusão

No contexto internacional de crescente consumo e procura de hidrocarbonetos, o Golfo da Guiné é um actor indispensável para o equilíbrio do mercado mundial de energia. A sua importância estratégica assenta principalmente no papel que a sua indústria petrolífera passou a desempenhar na cobertura das necessidades energéticas das principais economias e potências mundiais, nomeadamente os Estados Unidos da América, a China e os países da União Europeia, que detêm vastos interesses petrolíferos na região através dos investimentos das suas empresas petrolíferas nacionais. Pode-se afirmar que o petróleo é o principal interesse destes países no Golfo da Guiné e esteve na base do reposicionamento dos Estados da região no sistema político e económico mundial, pois foram as preocupações energéticas dos principais consumidores e potências mundiais que jogaram um papel crucial no aumento da procura petrolífera e, conseqüentemente, o acréscimo nas receitas dos petro-estados e dos investimentos internacionais na região.

Para os governos do Golfo da Guiné, a indústria petrolífera passou a representar um meio indispensável para a sobrevivência económica e

materialização dos desígnios da política externa dos respectivos Estados. Os desejos de maximizar a oferta petrolífera para responder a demanda e consequente entrada de mais receitas tem estado na base de novas disputas territoriais. A ausência de acordos de partilha e de delimitação efectiva das fronteiras marítimas entre os Estados pode dar origem a cenários de competição e militarização das questões energéticas como sucede nas regiões contestadas (Heglic) entre o Sudão e o Sudão do Sul.

A fiabilidade da região como fornecedora mundial de hidrocarbonetos dependerá da resolução pacífica dos diferendos sobre zonas marítimas ainda pendentes, e da implementação de estratégias e políticas efectivas. Neste sentido, os desafios que assolam a região não podem ser tratados de forma unilateral e restrita a nível doméstico dos Estados. Requerem um diálogo permanente fundamentado na promoção de investimentos sustentáveis e transparentes, na boa governação, na cooperação, e na prevenção e resolução de conflitos na região, onde a Comissão do Golfo da Guiné é chamada a desempenhar um papel mais activo na mediação e coordenação de políticas que visam buscar soluções para problemas de interesse comum, envolvendo actores quer governamentais e não-governamentais, quer a sociedade civil local, como o resto da comunidade internacional. A adopção de uma política regional de segurança, de gestão racional e partilha de recursos naturais da região traria benefícios para todos intervenientes na zona.

Referências bibliográficas

- AFDB - African Bank of Development (2013) – Annual report 2012. Tunis: African Development Bank (Afdb) [online], May 2013. Disponível em WWW: <URL: <http://www.afdb.org>>
- ALVES, Ana Cristina (2009) – “Angola’s resources: from conflict to development”. In BERI, Ruchita, SINHA, Uttam Kumar - Africa and energy security: global issues, local responses. New Delhi: Academic Foundation-IDS.
- ANDREWS-SPEED, Philip; et al (2002) – “The strategic implications of China’s energy needs”. [S.l.]: The International Institute for Strategic Studies. (IISS, Adelphi paper 346).
- BARROS, Manuel Agostinho (2012) – “O papel da África para a segurança energética global: o caso do Golfo da Guiné”. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- BATHILY, Karim (2009) – “Oil factor in African conflicts: the case of Chad”. In BERI, Ruchita; SINHA, Uttam Kumar - Africa and energy security-global issues, local responses. New Delhi: Academic Foundation-IDS.
- BP – British Petroleum (2013) - BP Statistical review of world energy June 2013. London: British Petroleum [online]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bp.com/statisticalreview>>.

- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, J. (1998) - Security: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers Inc.
- CLARKE, Duncan (2010) - Africa: crude continent-the struggle for Africa's oil prize. London: Profile Books Ltd.
- CRADDOCK, Adrian (2011) - "Congolese rape victims pay price of Angola-DRC oil dispute". Think Africa Press [online]. (15 August, 2011). Disponível em WWW: <URL:<http://thinkafricapress.com/angola/congolese-rape-victims-pay-price-angola-drc-oil-dispute>>.
- DIETERICH, Johannes (2003) - "The Gulf of Guinea and the global oil market: supply and demand". In The Friedrich-Ebert-Stiftung [online]. Oil policy in the Gulf of Guinea: security & conflict, economic growth, social development. Yaoundé: FES, 1 Outubro 2003. Disponível em WWW: <URL:<http://library.fes.de/pdf-files/iez/02115-inf.htm>>.
- EIA- Energy Information Administration (2013) - International energy outlook 2013. Washington, DC: US Energy Information Administration [online], July 2013. Disponível em WWW: <URL: <http://www.eia.gov/forecasts/ieo/>>
- FLORINI, Ann (2010) - "Global governance and energy". In PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan. - Energy security: economics, politics, strategies and implications. Washington: Brookings Institution Press.
- FRYNAS, Jędrzej George; PAULO, Manuel (2007) - A new scramble for African oil? : historical, political, and business perspective. Oxford: Oxford University Press, African Affairs. V.106, n. 423 (April 2007).
- CIA - Central Intelligence Agency (2013) - The world factbook. Washington DC: Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em WWW :< URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>
- CRISISGROUP (2012) - "Black gold in the Congo: threat to stability or development opportunity?". Brussels: Internacional Crisis Group, Africa Report, n.188 [online], 11 July 2012. Disponível em WWW: <URL:<http://www.crisisgroup.org>>.
- MAÑE, Damian Ondo (2005) - Emergence of the Gulf of Guiné in the global economy: prospects and challenges. Washington DC: International Monetary Fund (IMF). Working Paper 05/235 (December 2005). 3-23.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de (2007) - Oil and politics in the Gulf of Guinea. London: Hurst & Company Publishers Ltd.
- PULIDO, João G.; FONSECA, Pedro (2004) - O petróleo e Portugal: o mundo do petróleo e o seu impacto no nosso país. Lisboa: Tribuna da História.
- SÉBILLE-LOPEZ, Philippe (2007) - Geopolíticas do petróleo. Trad. Luis Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Peaget.
- SILVA, António Costa (2008) - "A Europa: segurança ou insegurança energética?". Lisboa: Europa Novas Fronteiras. N. 22 (Jan.-Jun. 2008) 27-36.
- TPA - Televisão Pública de Angola (2013) - Insegurança marítima na agenda da Comissão do Golfo da Guiné. Luanda: TPA [online] (03/05/2013). Disponível em WWW :< URL: <http://tpa.sapo.ao/noticias/politica/inseguranca-maritima-na-agenda-da-comissao-do-golfo-da-guine>>

- UN – United Nations (2012) - Gulf of Guinea needs regional anti-piracy strategy, UN official stresses. New York: United Nations News Service [online], February 2012. Disponível em WWW:<URL:<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=41390&Cr=gulf+of+guinea&Cr1=>>=
- VOA – Voz da America (2012) - África e a maldição do petróleo. Washington DC: Voz da America (VOA) [online] (19/06/2012) Disponível em WWW :< URL:<http://www.voanews.com/portuguese/>>
- VOA – Voz da America (2013a) - África: especialistas prevêem crescimento na ordem dos 5 por cento para 2014. Washington DC: Voz da America (VOA) [online] (28/09/2013). Disponível em WWW :< URL:<http://www.voaportugues.com/content/relatorio-perspectivas-economicas-em-africa/1758547.html>>
- VOA – Voz da America (2013b) - Especialistas debatem formas de combater pirataria no Golfo da Guiné. Washington DC: Voz da America (VOA) [online] (18/04/2013). Disponível em WWW :< URL: <http://www.voaportugues.com/content/pirates-gulf-of-guinea/1644352.html>>
- WORLD BANK (2013a) - Africa's ample resources provide an opportunity for Inclusive growth. Washington DC: World Bank Group [online], Africa's Pulse Volume 8, October 7, 2013. Disponível em WWW:<URL: <http://www.worldbank.org>>
- WORLD BANK (2013b) - Angola economic overview. Washington DC: World Bank Group [online], September 2013. Disponível em WWW :< URL: <http://www.worldbank.org/en/country/angola/overview>>
- WORLD BANK (2013c) - Africa overview: country. Washington DC: World Bank Group [online], October 7, 2013. Disponível em WWW :< URL: <http://www.worldbank.org/en/region/afr>>
- WORLD BANK (2013d) - Equatorial Guinea economic overview. Washington DC: World Bank Group [online], February 2013. Disponível em WWW :< URL: <http://www.worldbank.org/en/country/equatorialguinea/overview>>
- YERGIN, Daniel (2006) - "Ensuring energy security". [S.I.]. Foreign Affairs, Vol.85, n.2 (March/April 2006).